

# Ódio nas Mãos

## Prof. Me. Natalício Batista Jr.<sup>1</sup>

**Resumo:** Em Ruanda, o conflito entre duas etnias, tutsis e hutus, em 1994, acarretou na morte de milhões de ruandeses. O fato revelou a indiferença mundial frente a natureza dos conflitos resultantes da (des)colonização africana e, principalmente, a dificuldade dos governos de Ruanda e da Organização das Nações Unidas (ONU) em criar condições favoráveis a superação dos déficit democrático e econômico no país. As razões para o genocídio ainda são discutidas por entidades de apoio aos direitos do humanos. Destacou-se o papel da Rádio e TV Milles Collines na divulgação e propagação do ódio aos hutus, alvo principal das perseguições e assassinatos. Um Tribunal Penal Internacional foi criado para punir os responsáveis. A justiça torna-se, desta forma, meio para apaziguar a dor da memória das mortes em Ruanda, como também estímulo para o estabelecimento de um novo país.

**Palavras-Chaves:** Ruanda. Genocídio. (des)Colonização Africana. EUA. ONU.

### **Abstract:**

In Rwanda, the conflict between two ethnics, Tutsis and Hutus, in 1994, resulted in death of millions of ruadeses. The fact shows indifference of the world front the nature of conflicts resulting from the (des)colonization African and, principally, the difficulty of the governments of Rwanda and the Organization of the United Nations (UN) in creating favorable conditions for overcoming the democratic and economic deficits in the country. The reasons for the genocide are still under discussion by entities of support for human rights. Underlined the role of radio and television Milles Collines in the dissemination and spread of hatred for Hutus, main target of persecution and murders. An International Criminal Court was created to punish those responsible. The international justice became, in this way, means to appease the pain of the memory of deaths in Rwanda, as well as stimulus for the establishment of a new country.

**Key Words:** Rwanda. Genocide. (de)Colonization of Africa. U.S. UN.

---

<sup>1</sup> **Natalício Batista Jr.** (Jornalista. Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Especialista em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política - SP)

Devíamos agir depressa, não tínhamos direito a dias de folga, muito menos aos domingos, era preciso terminar. Havíamos suprimido todas as cerimônias. Estávamos todos igualmente recrutados para um só trabalho: matar os baratas

**Depoimento de Elie**, membro de uma milícia Hutu (Ruanda).  
(HATZFELD, 2005: 25)

## **1 Introdução**

**Ruanda, abril de 1994.** Mais de 800 mil pessoas foram mortas, uma a uma, a golpes de facões, entre elas crianças, idosos e mulheres, assassinadas após terem sido sexualmente violentadas. Durante dois meses, os assassinatos aconteceram de maneira contínua todos os dias da semana, das 9h30 às 16h, por homens da maioria étnica hutus. O principal alvo do ódio era os tutsis, etnia minoritária em Ruanda. O Estado ruandês, governado pelos húsus, considerava os tutsis o “inimigo”, um grupo que embora tenham semelhanças culturais, há anos, desde o período colonial, adquiriram mais reconhecimento e privilégios, sendo, segundo os hutus, responsáveis pela miséria dos ruandeses. O ódio e o medo marcaram a história destas duas etnias e do país, mobilizando também a reflexão e revolta da comunidade internacional, auto-avaliação de órgãos e governos, além de entidades pacifistas de direitos humanos.

Duro saber que depois da experiência do holocausto e de Hiroshima, dos abusos, pressões e ameaças internacionais ao longo Guerra Fria, como também do número de mortos no Vietnã (1975), no Camboja (1978), na Somália e na Bósnia (1992), um genocídio como este pode acontecer diante da indiferença política da ONU, de países fortes e da mídia que demoraram para reconhecer a natureza do genocídio, intervir e alterar o rumo dos acontecimentos. Hoje, 16 anos depois, o genocídio de Ruanda, ainda é presente entre os ruandeses, principalmente, entre aqueles que perderam suas famílias e lutam por justiça e punição dos responsáveis. Além de mostrar a vulnerabilidade humana frente ao ódio irracional dos outros, ele levantou dúvidas sobre se o genocídio foi preparado com antecedência, se poderia ter sido evitado a tempo, sobre a força da ONU e de seu Conselho de Segurança e Estados membros frente ameaças deste tipo, bem como, sobre a dimensão política das missões de paz, seu grau de imparcialidade e intervenção. O Tribunal Penal Internacional de Ruanda, criado em 1995 pelo Conselho da ONU, ao procurar culpados e punir responsáveis pelas mortes em Ruanda, também favoreceu a discussão política sobre a posição do Europa e dos EUA sobre os caminhos tomados pela “democratização” nos países africanos a partir dos anos 60, sobre os conflitos

entre a herança colonial e a globalização nos países pobres, bem como, a respeito do descompasso entre as diferenças étnicas e igualdade de direitos sociais, econômicos e políticos de grupos no cenário internacional.

O lugar que Ruanda ocupa no século 20, na história das relações internacionais, na trajetória da ONU, do Direito Internacional Penal e da luta pelos direitos humanos é múltiplo. O genocídio ruandês foi por um lado, um exemplo de racismo radical, da extensão do poder da força e da violência organizada, e de outro, significa a fragilidade do sistema econômico e político internacional no contexto da globalização que não conseguiu garantir equilíbrio de poder entre os países após a descolonização africana (década de 60), nem as bases suficientes para o desenvolvimento de países pobres, poucos ou nada industrializados, mergulhados em regimes autoritários, na dependência dos empréstimos e financiamentos internacionais, como também, nos conflitos entre a tradição e a modernidade nos países periféricos. O que Ruanda enfrentou naqueles meses de 1994 não precisa apenas de julgamento mas de compreensão, como fala Susan Sontag no prefácio do livro *Uma Temporada de Facões*, de Jean Hatzfeld (2005), em que aborda com riqueza de detalhes o que passava na mente de quem matava como quem caçava um animal. A compreensão exigida pela autora é que nos obriga a pensar sobre o que move seres humanos a organizar mortes em massa, sem qualquer tipo de constrangimento ou razão satisfatória para o ato. A preocupação de Sontag lembra a da filósofa Hannah Arendt (2008) que, incomodada com o extermínio de judeus, interrogou-se sobre qual o propósito, depois de tantas mortes, da culpa e do julgamento. Hannah Arendt disse:

assim como não existe nenhuma solução política dentro das capacidades humanas para o crime do assassinato administrativo em massa, da mesma forma a necessidade humana de justiça não consegue encontrar nenhuma resposta satisfatória à mobilização total de um povo para aquela finalidade. Onde todos são culpados, em última análise ninguém pode ser julgado. Pois essa culpa não vem acompanhada sequer pela aparência, pela mera simulação da responsabilidade. Na medida em que a punição é o direito do criminoso – e esse paradigma tem sido, há mais de 2 mil anos, a base do senso de justiça e de direito para o homem ocidental -, a culpa implica a consciência da culpa, e a punição é a prova que o criminoso é uma pessoa responsável” (ARENDDT, 2008, p. 155).

O genocídio de Ruanda foi um fenômeno complexo, resultado da combinação de forças estruturantes: passado colonial, descolonização ambígua sem democratização das instituições políticas, ausência de política de investimento

econômico e distribuição de renda, governo autoritário nos últimos 40 anos, agricultura deficitária baseada na cultura de exportação do café e do chá, crescimento populacional descontrolado, pobreza em expansão, pouco acesso a terra, desigualdade social e econômica entre grupos étnicos da região. Em Ruanda, 90% da população vive da terra e da pequena pecuária para a sobrevivência, em 1990. No início dos conflitos de 1994, Ruanda era considerado o país mais populoso da África. O aumento demográfico não acompanhou a distribuição de renda e tampouco houve a modernização das instituições políticas e públicas como prometia o processo de descolonização do país a partir dos anos 50. No fim dos anos 80, as condições econômicas foram deterioradas pela seca, pela queda dos preços do café e pelo aumento das despesas e dívidas públicas do Estado de Ruanda que obrigou o país a pedir dinheiro a bancos internacionais.

### **Etnias e a Colonização Européia**

A população de Ruanda foi composta por três grupos étnicos em que seus antecessores estabeleceram numa região montanhosa há quase 2 mil anos. Foram organizados em pequenos grupos baseados na linhagem e na lealdade a um líder, formando em muitas regiões, pequenos reinos. Entre as etnias, estão os Twa, um grupo pequeno que não chegou a ter papel político significativo na história do país. Os outros dois são os Hutus e o Tutsi que dividiram a mesma língua e formação cultural, chegando a se misturarem aos longos dos anos, em razão de casamentos entre membros dos grupos. Os hutus constituem maioria frente aos tutsi. Ao longo dos tempos, os dois grupos constituíram um poder centralizado, mas diferente dos países vizinhos, a região de Ruanda só foi entregue à Alemanha, em 1890, por decisão da Conferência de Bruxelas.

A entrada da Europa na região limitou-se basicamente a administração, sem a presença de famílias de colonos europeus como foi na América portuguesa e espanhola. A população ruandesa espalhou-se pela montanhas e destacou-se nas guerras, ganhando, no século 19, status à carreira militar. Em razão da sede pelo poder e território, Ruanda atacou países vizinhos, sendo indiferente às linhagens ou ao Estado. No entanto, as fronteiras de Ruanda só foram definidas em 1900. Com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, a região foi entregue à Bélgica, por definição e intervenção da Liga das Nações. Os Belgas foram mais duros que os alemães e terminaram com os interesses dos ruandeses controlar seus vizinhos. Eles começaram a mudar a estrutura administrativa em nome da eficácia, eliminando as

hierarquias conflitantes. Eles utilizaram a Igreja Católica como estratégia para a aculturação, instituindo novos valores e moral entre a população. Com base nas teorias raciais do século 19, alemães e depois belgas justificaram e fortaleceram diferenças entre hutus e tutsi no que diz respeito a traços de fisionomia, a inteligência e a força, garantindo aos tutsi superioridade física e intelectual, além de privilégios. Com isso, manipularam a classe alta dos tutsi para reprimir e punir o resto da população, composta na maioria por hutus, o que incluía a cobrança de impostos, o trabalho forçado, criando um fosso social maior do que o que já existia. O interesse europeu era aumentar o controle de um Estado central por intermédio da participação dos tutsi na estrutura administrativa do governo e, assim, obter o controle político e econômico sobre as regiões, evitando qualquer tipo de autonomia dos hutus. Em razão dos objetivos do regime colonial, a população local assimilou uma história deformada sobre os tutsi e hutus.

Nestas condições, a maior parte da população começou a casar dentro do seu próprio grupo étnico, ainda que houvesse exceções, como casos de matrimônios entre os grupos. O abismo entre tutsi e hutus aumentava, mais precisamente entre a elite tutsi, aliada aos belgas e com cargos no governo, e a maioria hutu, constantemente excluída da participação política e administrativa. Tanto a Alemanha quanto a Bélgica tiveram como objetivo governar Ruanda com custos baixos, retirando o máximo de proveito da parca exploração cafeeira, dentro do que internacionalmente se caracterizava como a lógica do capitalismo imperialista sobre as colônias.

Depois da Segunda Guerra Mundial, Ruanda virou protetorado das Nações Unidas, mas ainda com a Bélgica no controle administrativo. Entre as décadas de 40 e 60, a urgência de reformas, o assassinato do rei Mutara III Charles, em 1959, e a fuga monarca do clã Nyiginya, o rei Kigeri V, para Uganda, fortaleceram a presença dos hutus no poder, levando Ruanda ao processo de independência política com os hutus na liderança. Em 25 de Setembro de 1960, a ONU, por intermédio de um referendo, reconheceu o interesse dos ruandeses em se tornar uma República. Em 1962, a independência chegou. Com as primeiras eleições, nasceu a República de Ruanda, com um líder hutu, Grégoire Kayibanda, como primeiro-ministro, eleito pelo Partido para Emancipação Hutu. O nome do partido sinalizava os interesses do governo, já fortalecido por idéias anteriores publicadas no Manifesto Hutu, de 1957, em que líderes hutus preparavam simpatizantes para um futuro ajuste de contas entre as duas etnias. No manifesto, havia críticas aos tutsi por serem responsáveis pela pobreza dos

Hutus, bem como, um conjunto de regras que autorizavam a discriminação, a humilhação e o uso da força contra os tutsi.

## **2 Reduzir os Tutsis**

Os anos após a independência não conseguiram conter a instabilidade governamental e econômica de Ruanda. O objetivo de diminuir os privilégios da elite tutsi e reverter o quadro de exclusão social dos hutus a qualquer custo foi maior do que a criação de condições efetivas para o desenvolvimento econômico e das instituições democráticas da região. A onda de discriminação iniciada nos fins dos anos 50 ganhou caráter de perseguição com o estabelecimento do governo hutu, em 1962. Ainda em 1959, hutus aprisionaram militantes tutsi e cortaram seus pés com facões a fim de diminuir a diferença e, no governo de Gregoire Kayibanda, um dos autores do Manifesto Hutu, todos os tutsi passaram a ser designados pelo nome de “baratas”. No curso dos anos 60, muitos tutsis foram exilados em países vizinhos em razão do medo instaurado em Ruanda que favorecia o aumento dos ataques a tutsi depois da revolução, bem como, mortes e represálias, mas também resistências tutsi, principalmente, fora do país. Em 63, militantes tutsi invadem o sul de Ruanda, na fronteira com o Burundi, mas ao chegarem a Kigali, capital do país, são detidos pelas forças do governo. Kayibanda decreta estado de emergência estimulando entre os hutus a idéia sobre o perigo da presença tutsi na região, bem como sobre a necessidade de eliminar esses subversivos.

Em 5 de Julho de 1973, o major general Juvénal Habyarimana, Ministro da Defesa, tirou do poder seu primo Grégoire Kayibanda, dissolveu a Assembléia Nacional e todas as atividades políticas, iniciando assim, um governo centralizador, autoritário, de partido único. Em Dezembro de 1978, eleições confirmaram Habyarimana como Presidente. Ele voltou a se reeleger em 1983 e depois em 89, como único candidato do país. Juvénal Habyarimana ficou no poder por 20 anos por intermédio de uma ditadura militar com apoio de países ocidentais, como a França. Ao longo dos anos no governo, Habyarimana também não consegue controlar o número de refugiados tutsi nas fronteiras ruandesas que se tornam cada vez mais inconvenientes para os países vizinhos e ameaça para o governo hutu. Em 1986, ele proibiu o retorno dos refugiados a Ruanda, o que fortaleceu a criação do grupo intitulado **Frente Patriótica Ruandesa (FPR)**, obstinada a derrubar o governo de Habyarimana pela força. A FPR era liderada por oficiais tutsi que serviam ao exército de Uganda. Em 1990, as invasões da FPR na fronteira de Ruanda ameaçou o governo ruandês, que reage com programas de repressão a expansão dos tutsis. O exército

ruandês chegou a controlar a FPR com a ajuda francesa, mas os principais inimigos também estavam dentro de Ruanda, mais especificamente representados pela oposição política ao governo, liderada por hutus nostálgicos da primeira república. Habyarimana não acreditava que a oposição crescente a seu governo pudesse se associar a FPR, numa espécie de colaboração, segundo o relatório da Human Rights Watch (2006).

No final dos anos 80, os problemas econômicos e as pressões políticas da oposição ao governo ruandês (internas e internacionais) pediam reformas, o que leva Habyarimana anunciar para julho de 1990 o projeto de fazer Ruanda uma democracia multipartidária, inclusive com a participação dos tutsi. A intenção não saiu do papel e pareceu ambígua aos olhos da oposição política e dos líderes tutsi, aumentando a onda de impunidade, perseguições a hutus moderados, morte e torturas aos tutsi. A fim de controlar o clima de tensão e violência entre FPR e soldados ruandeses, em 1992, foi assinado um cessar-fogo entre o governo e a RPF – o Acordo de Arusha (Tanzânia), sob o apoio das Nações Unidas e seu Conselho de Segurança, que enviaram soldados norte-americanos em missão chamada Unamir. Para Jacques Sémelin,

a instauração obrigatória do multipartidarismo teve, como efeito, permitir o crescimento da oposição hutu, exprimindo-se, principalmente, através do Movimento Democrático Republicano (MDR) ou do Partido Social-Democrata (PSD). Tal oposição entendia ignorar a clivagem étnica e construir uma Ruanda verdadeiramente democrática, mostrando que a vida política do país não se reduzia, no decorrer dos anos 1990-1994, ao frente a frente do ‘bloco hutu’ marjoritário, erguendo-se contra a minoria tutsi” (SÉMELIN, 2009, p. 175)

Entre 1992 e 1993, a FPR aumentou seu poder militar e como resposta os hutus passaram a difundir cada vez mais a cultura do ódio contraos tutsi. Foi criada, então, em 1993, a **Rádio Television Libre des Mille Collines (RTL)** com o claro objetivo de estimular a caça aos tutsi por intermédio de programação e propaganda racista, patrocinada pelo governo, contra tutsi e a qualquer pessoa que oferecer apoio a eles. A RTL era a principal porta-voz dos objetivos e ideologia do governo ruandês. Diariamente, o manifesto hutu era lembrado e listas de nomes de tutsis eram divulgadas com menção de endereços em um claro interesse de estimular o extermínio, inclusive de hutus que abriguem tutsi. Além disso, o medo de um golpe a qualquer momento aumentou o recrutamento e treinamento de milícias pelo governo ruandês, principalmente, de homens jovens, muitos deles desempregados, que chegavam a constituir verdadeiros esquadrões da morte. Soldados e líderes políticos distribuíram armas de fogo mas, principalmente, facões, enxadas e outras

improvisadas com instrumentos pontiagudos.

O que no início poderia se parecer com um quadro de guerra civil ou guerrilha entre facções políticas, configurou-se a partir num radicalismo sem fronteiras ou explicações, expressado numa composição entre governo autoritário, formação de milícias, uso da rádio para o controle e disseminação do ódio por uma ideologia discriminatória e repressiva contra a etnia tutsi. Em nome do controle do poder, hutus valiam-se da idéia de extermínio, racismo e limpeza étnica, em que os dirigentes do governo podiam dar ordens, controlar a administração do Estado e o exército.

### **3 Silêncio das Autoridades**

Os EUA demoraram a reconhecer o genocídio. Durante muito tempo, o governo norte-americano e o Conselho de Segurança da ONU evitaram qualquer tipo de envolvimento direto com o “Caso Ruanda” e a relação não passou, inicialmente, do envio de equipe pequena para um programa de cessar-fogo e de manutenção da paz, definidos pelo Acordo de Arusha. Ainda que o Comandante da Força da Paz da ONU, Romeo Dallaire, de membros da equipe de cessar-fogo, de diplomatas estrangeiros em Ruanda e de entidades de direitos humanos enviassem muitas informações sobre o crescimento da mortandade em Ruanda, o EUA não demonstrava atenção suficiente, julgando-o como um conflito interno do país com crise democrática, uma guerra civil que outras nações não deviam interferir. Para Samantha Power,

no Conselho de Segurança da ONU o uso da palavra estava provocando uma divisão acerbada. O embaixador tcheco, Karel Kovanda, começara a queixar-se de que 80% do tempo do conselho era usado para deliberar sobre se as forças de paz de Dallaire deviam ser retiradas ou não e como fazê-lo, e os outros 20% eram empregados em obter um cessar-fogo para por fim à guerra civil. (...) Nenhuma fração de atenção ao genocídio. Quando o presidente do conselho de Segurança redigiu uma declaração que designava o crime como ‘genocídio’, com a intenção de destruí-lo no todo ou em parte, constitui ato de genocídio (...) O Conselho salienta ainda que existe uma importante legislação internacional para lidar com perpetradores de genocídio. (...) O inflamado debate sobre o genocídio começou em círculos do governo dos EUA na última semana de abril, mas só em 21 de maio, seis semanas de iniciada a mortandade em Ruanda, o secretário Christopher deu a seus diplomatas permissão para usar - mais ou menos - o termo ‘genocídio’” (POWER, 2004, p. 413).

O interesse nacional dos EUA foi constantemente utilizado como justificativa da não intervenção norte-americana na região. A idéia, conta Samantha Power, era



ficar fora e garantir que outras nações também ficassem. Mesmo diante de tantas mortes, não se cogitou a expulsão do representante do governo genocida do corpo da ONU. Além disso, não houve também de nenhum país integrante do Conselho de Segurança da ONU a iniciativa de dar asilo aos refugiados ruandeses que escapassem da carnificina, tampouco alguma tentativa de conter a propagação do ódio pela Rádio Mille Collins, em Ruanda. Para o Pentágono, intervir contra o genocídio ruandês exigia uma ação militar que nem a Casa Branca tinha interesse já que implicava em gastos financeiros. O governo de Bill Clinton impediu que as forças de manutenção de paz ampliassem suas intervenções em Ruanda para controlar o genocídio, resumindo-se em ações brandas. Segundo Samantha Power,

o derramamento de sangue étnico na África era considerado deplorável, mas não particularmente raro. As autoridades americanas falavam de forma analítica em ‘interesses nacionais’ ou mesmo em ‘conseqüências humanitárias’ sem parecerem preocupadas com os riscos humanos. (...) Ruanda nunca foi considerada digna de uma reunião da cúpula. Quando o assunto vinha à baila, era junto com discussões sobre a Somália, o Haiti e a Bósnia, e em posição secundária. (...) os Estados Unidos opuseram-se à idéia de mandar esforços, independentemente de sua procedência. O receio, expresso principalmente pelo Pentágono, era que o que começasse com uma participação de soldados estrangeiros e acabasse com uma participação enorme e dispendiosa de americanos” (POWER, 2004. P. 417-18-19).

De um lado, os responsáveis pelas políticas externa e de defesa norte-americana acreditavam que a missão de manutenção da paz era suficiente e já fazia o possível, do outro, os funcionários e soldados enviados alertavam para o descontrole da situação, confiantes sobre as chances de mais intervenção. A inércia e o silêncio foram atribuídas às decisões e as posturas de autoridades do Conselho de Segurança, do Departamento de Estado, do Congresso e do Pentágono que fizeram muitas avaliações sobre casos de genocídios anteriores em busca de saber o quanto a população norte-americana estava tolerante a respeito da participação dos EUA. O medo, segundo eles, era não ter apoio popular, fato que, mais tarde, reverteu-se em um alto preço político para o governo Clinton por não se envolver. Diferente da Guerra da Bósnia, que teve ampla cobertura da imprensa norte-americana, durante três meses de genocídio em Ruanda, a mesma se manteve reticente, duvidando sobre se alguma coisa poderia, realmente, ser feita, como foi o caso do Washington Post (Power, 2004: 427).

#### 4 Extensão da Culpa

A sombra de culpabilidade entre as nações fortes também foi extensiva a França, que teve durante muito tempo estreita relação com o governo ruandês de Juvenal Habyarimana, demorando também a agir contra a onda genocida. A partir dos anos 60, os franceses passaram a ser presentes na região para julgar a presença anglófona. No governo de François Mitterrand, aumentaram os esforços e apoio de Paris a democratização de Ruanda, o que acabou, em razão da aproximação, conferindo mais peso e poder ao presidente ruandês Habyarimana, preocupando várias países africanos como Burundi e Uganda, uma vez que Mitterrand chegou a ser apresentado na publicação mensal Kangara, dos hutus, como um verdadeiro amigo<sup>1</sup>. O fato, segundo Jacques Sémelin,

não deve ter agradado, é claro, a injunção lançada pelo presidente francês aos chefes de estado africanos, durante a reunião de cúpula da La Baule (20 de junho de 1990), para que democratizassem os seus países. A partir dali, Paris pretendia submeter a ajuda econômica aos países em vias de desenvolvimento aos progressos das políticas internas de democratização. Atravessava-se a euforia provocada pela queda do muro de Berlim que trazia esperança (...) Em Ruanda, era, sobretudo, uma nova história que começava...ou ameaçava (SÉMELIN, 2009, p.175)

De fato a relação da França com Ruanda pareceu estranha e confusa aos olhos da comunidade internacional, principalmente, das entidades de defesa dos direitos humanos. Um exemplo disso, foi o ataque da FPR a capital Kigali, em 1990, que foi interrompido graças as forças militares francesas presentes na região. De 1990 a 1993, a França, teve então um papel decisivo na sustentação do poder de Habyarimana, ainda que a opinião pública francesa não estivesse a par do que acontecia em Ruanda. Por outro lado, houve esforços de Paris em mediar as negociações entre a FPR, o governo ruandês e a oposição. A França, inclusive, ameaçou negar ajuda econômica caso o governo ruandês não assinasse o Acordo de Arusha, em 1993. A ambigüidade da posição francesa não convenceu muitos estudiosos sobre o genocídio ruandês e o fato chegou a ser questão de Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1998, presidida, na época, pelo deputado socialista, Paul Quilès<sup>2</sup>. Importante também foram os trabalhos desenvolvidos pela Comissão D'enquete citoyenne sur L'implication de La France au Rwanda, uma iniciativa de várias associações, mas sem estatuto jurídico. Entre os associados estão a Airgrige (Associação Internacional de Pesquisas de Crimes contra a Humanidade), a OBSARM (Observatório de Contrabando de Armas) e a Survie. Esta comissão teve o interesse de analisar a hierarquia das

responsabilidades, destacando os elementos da cumplicidade militar, financeira, diplomática, bem como, do envolvimento da imprensa escrita francesa no genocídio, a Operação Turquia. As conclusões sinalizam que o genocídio em Ruanda foi um fato que não é restrito aos ruandeses, uma vez, que governos externos, empresas de armas, bancos e instituições financeiras também estavam envolvidas.

## **5 Consideração Finais: sobre a culpa e os responsáveis**

O Tribunal Internacional Penal para Ruanda (1995) pode ser considerado um avanço para a consolidação do direito internacional humanitário. Ele faz parte dos Tribunais Internacionais ad hoc, assim como foi o da ex-Iugoslávia, tornando-se juridicamente possível mediante a ampliação da noção de ameaça e perigo contra a paz. É neste sentido que Hildebrando Accioly fala que estes tribunais fortalecem o campo da segurança coletiva. Para o autor,

o campo de ação coletiva não teve apenas somente desenvolvimentos ‘horizontais’, passando a incluir domínios antes excluídos, mas conheceu, igualmente, progressão ‘vertical’, e isso autorizando sanções, não mais somente com a relação aos estados, mas igualmente em relação a particulares que não respeitem a legalidade definida pelo Conselho de Segurança. Essa tendência se manifestou na criação de tribunais, encarregados de julgar as pessoas presumidas responsáveis por violações graves do direito humanitário, cometidas em Ruanda e na Iugoslávia”. (ACCIOLY, 2009, p. 790)

Sua função foi instruir, julgar e punir os envolvidos em atos genocidas e de outros atos violentos cometidos em 1994, em Ruanda e países vizinhos. Jean-Paul Akayesu, da Rádio Milles Collines, foi condenado a prisão perpétua pelo massacre de 2000 tutsi refugiados, pela incitação a violência e participação direta nos vários assassinatos. Jean Kambanda, líder da União dos Bancos Populares de Ruanda, entre 1989 e 1994, e Primeiro Ministro do governo Provisório em abril de 1994, foi culpado pela participação no genocídio e por não intervir para cessar os crimes. Ele também foi condenado por ser responsável por distribuir armas e munições nas regiões de Butare e Gitarama. Pela primeira vez no tribunal, um chefe de governo reconheceu a existência do genocídio e que havia preparado o avanço das mortes. Ele foi condenado, em 1998, a prisão perpétua por cometer, estimular publicamente e ser cúmplice de genocídio. Georges Ruggiu, jornalista e animador da Rádio Mille Collines, foi condenado por difundir o ódio e incitar a perseguição e morte de tutsis. Foi condenado a doze anos de prisão em 2000. Outros diretores e redatores do jornal

Kangura, da Rádio et Television Libre dês Milles Collines também foram condenados entre 32 a 35 anos de prisão por incitar o ódio e o racismo. Entre os réus também estavam vários líderes políticos, militares e de milícias hutus, como Augustin Bizimana (Ministro da Defesa de Ruanda) e Jêôme Bicomumpake (Ministro das relações Exteriores) e Augustin Bizimungu (Chefe do estado Maior das Forças Armadas Ruandesas).

Ainda que os julgamentos e as condenações tenham demonstrado empenho da justiça internacional e um ajuste de contas do Conselho de Segurança da ONU frente seu fracasso e a falta de intervenção mais efetiva em Ruanda na época, uma resposta satisfatória sobre a razão do extermínio e do massacre como ato purificador que exclui indivíduos e grupos ainda está por vir.

## Notas

<sup>1</sup> Kangara foi uma publicação ruandesa, criada em 1990. Ela se torna uma das principais ferramentas do governo ruandês para controlar politicamente a região e disseminar o ódio contra os tutsi. No número de dezembro de 1990, ela publica uma matéria com o título “Um verdadeiro amigo de Ruanda. E é na desgraça que se descobrem os verdadeiros amigos”. (SEMÉLIN, Jacques. 2009)

<sup>2</sup> O jornalista francês Patrick Saint-Exupery é um dos principais defensores sobre o comprometimento do governo de Mitterrand na questão. Ele é convencido de que a França chegou, inclusive, a dar ajuda aos responsáveis pelo genocídio. No livro *L'Inavouable. La France au Rwanda* (Paris, Ed. Dês Arenes), Patrick levantou o problema e motivou o estarecimento e a divisão da opinião pública francesa e internacional. Ver também os relatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Ruanda publicado pela associação Survie: *L'Horreur qui nous prend u visage: L'État français ET Le genocide au Rwanda. Rapport de La comission d'enquete citoyenne* (Paris. Khartla, 2005).

## **Referências**

ACCIOLY, Hildebrando ET SILVA, G. E. do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. Manual do Direito Internacional Público. São Paulo. Ed. Saraiva, 2009.

ARENDT, Hannah. Compreender. Formação, exílio e totalitarismo. Ensaios. São Paulo. Cia. das Letras, 2008.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Juiz de Fora (MG). Ed UFJF, 2005

GOUREVITCH, Philip. Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias. São Paulo. Cia. Das Letras, 2006.

HATZFELD, Jean. Uma Temporada de Facões. Relatos do genocídio em Ruanda. São Paulo. Cia. das Letras, 2005.

KENNEDY, Paul. O Parlamento do Homem. História das Nações Unidas. Lisboa (Portugal). Ed. 70, 2006.

POWER, Samantha. Genocídio: a retórica americana em questão. São Paulo. Cia das Letras. 2004.

SÉMELIN, Jacques. Purificar e Destruir. Usos políticos dos massacres e dos genocídios. São Paulo. Ed. Difel, 2009.

SOARES, Denise de Souza et DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Penal. Tratados e Convenções. Rio de Janeiro. Ed. Renovar, 2006.

## **Referências eletrônicas**

HUMAN RIGHTS WATCH. Le Génocide rwandais: comment il a été préparé. Une note d'information de Human Rights Watch. Avril / 2006. Disponível em: [www.liberationafrique.org/IMG/pdf/rwanda0406fr.pdf](http://www.liberationafrique.org/IMG/pdf/rwanda0406fr.pdf)

---